

# A VELHA GUARDA

ÓRGÃO LOCAL DO PARTIDO REPUBLICANO PORTUGUÊS

Editor:

ALCINDO DIAS PEREIRA

Propriedade da Empresa de A VELHA GUARDA

Director:

VITORINO SIMÕES LOPES SAMPAIO

Redacção e Administração: Rua 31 de Janeiro, 165—Composto e impresso na Tipografia de A VELHA GUARDA: Rua 31 de Janeiro, 165—GUIMARÃES

ESTE NÚMERO FOI VISADO  
PELA COMISSÃO DE CENSURA.

## Sociedade Martins Sarmiento

Consta que entre a Sociedade Martins Sarmiento e a Comissão administrativa da Camara se entablaram negociações para um contrato que substitua o que havia entre as duas partes e ha tempos caducou.

E' péssima a oportunidade para se contratar com o Municipio seja o que fór, porque, não tendo capacidade legal a sua actual comissão administrativa, para representar a Camara, esta, quando a normalidade da situação politica se restabelecer, fica com o direito de não acatar, fazendo-os julgar como nulos, os actos praticados pela comissão de intrusos que á força se instalou no Largo da Oliveira.

Pode a direcção da Sociedade convencer-se do contrário; mas engana-se redondamente; isso, que para aí vai, ha-de ter um fim breve e, restabelecido o império da lei, tudo ha-de ser revisto cuidadosamente e só será ratificado o que convier aos interesses do Municipio.

O antigo contrato estabelecia que a Sociedade administraria a biblioteca municipal, mediante determinadas condições, e receberia da Camara um subsidio anual de 800 escudos.

A Camara cumpriu, em todos os casos, rigorosamente, a sua obrigação, no que nem sempre foi devidamente imitada pela Sociedade. E deste subsidio municipal, principalmente, a Sociedade foi vivendo, enquanto a moeda se não desvalorizou.

O contrato caducou, já não devendo ser pago pela Camara, no ano corrente, o subsidio que dele constava, embora, por lapso, a verba ainda esteja incluída no actual orçamento municipal. E, como era de prever, muito antes do termo do contracto, a parte sã da direcção da Sociedade dirigiu-se á Camara pedindo-lhe a prorrogação do mesmo e a actualização do subsidio, mostrando quanto era precária a situação financeira daquela instituição.

A Camara ponderou. Reconheceu que a Sociedade Martins Sarmiento ainda tem, fora do concelho, aquele honroso e alto prestigio que lhe deram homens de extraordinario valor mental e de extrema dedicação pela terra, pela figura de excepcional relevo de Martins Sarmiento, pelo desenvolvimento da instrução popular do concelho, lema que á Sociedade tinham imposto, mas dos quais, desgraçadamente, só

## UM RUDE GOLPE!

A cidade e concelho de Guimarães acabam de ser feridos, profundamente, nos seus interesses económicos.

A retirada do regimento representa cerca de 2000 contos anuais que desaparecem do giro do commercio.

O prejuizo atinge proprietarios, industriais, comerciantes e reflete-se em todas as classes sociais.

No tempo em que os «políticos» não estavam escorraçados, souberam eles, sempre, afastar esta verdadeira calamidade, de todas as vezes e bastantes foram, que se annunciou.

Agora veio a data «feliz» de 28 de Maio, com que tanta gente da terra exultou, e o desastre atinge-nos em cheio, sem que o menor esforço tivesse sido empregado no sentido de o evitar.

O crime desse revoltante desleixo já é um facto consumado.

Haverá remédio para os seus efeitos?

Teem a palavra o «comité» dos M M M e a comissão dos intrusos da Camara!

Viva Guimarães!

um, já cansado, o Dr. Joaquim José de Meira, sobrevivia. Atendeu a que é de grande importancia para o conceito da intellectualidade vimaranense que esse prestigio se mantenha. Mas viu, como todos vemos, com a maior das tristezas, ao que a Sociedade, a Sociedade de Martins Sarmiento, tem descido, transformada num coiosinho de reacção, nada fazendo pela instrução do concelho, abandonando aos ratos a biblioteca municipal, sempre fechada para aqueles que dela poderiam aproveitar, constituindo-se num pretexto para repositório de baboseiras escritas em palavras presumidas, rebuscadas em dicionários esquesitos, nas actas que publica, ou para discursalhões de criaturas, jesuiticamente escolhidas, na sua generalidade, nas altas esferas mentais, é certo, mas entre o que de mais contrario ao espirito democratico e progressivo se poderia encontrar.

A casa alegre e sadia, outra cheia de luz e irradiando luz, onde não havia politica, mas ideias liberais, onde não havia rancores, mas só o desejo de exaltar uma obra, a de Martins Sarmiento, e propagar a instrução em todos os sentidos, onde não havia vaidades a ostentar, porque todos eram suficientemente grandes para as dispensarem e nobres para as aborrecerem, onde se falava a palavra clara, igual á do povo, que brota, directamente, do coração e exprime, com singeleza, as ideias de quem as tem e, então, todos as tinham, é, desde ha muito, um casarão escuro, bafiento e sujo,

onde a boa, mas ingenua, vontade de alguns nada tem podido contra a rancorosa astucia de outros.

A Camara entendeu que não devia deixar morrer a Sociedade, não pelo que ela é agora, mas pelo que foi, pelo respeito que merecem aqueles que a criaram e que a tão alto a poderam levar. Mas, para que ela não morresse, não bastava dinheiro: era preciso que esse dinheiro fosse dado em condições de não poder ser desviado para fins de rancorosa politica ou para simples manejos de vaidosos que, sem iniciativa para mais, da Sociedade quizeram fazer o seu glorioso pedestal.

Organizou um projecto de contracto em que a desembaraçada situação financeira da Sociedade ficava assegurada, e impunha-lhe condições que trouxessem o maior numero de probabilidades possivel de que, em melhores mãos, a Sociedade de outros tempos pudesse resurgir e a biblioteca pública ficasse, realmente, ao dispor do povo.

Esse projecto não mereceu á direcção da Sociedade as honras de discussão. Não chegou até á Camara qualquer resposta; apenas rumores de que a Sociedade já não precisava de dinheiro; que a herança de Martins Sarmiento, quando se liquidasse, o que não viria longe, a tornaria rica e prospera; que nada queria da Camara, da qual se tornaria, assim, absolutamente independente.

E estes rumores tiveram uma virtude: a de desempoeirar olhos que ainda vêem, com saudade e

amor, coisas do passado por entre as quais em pequeninos, se foram criando, e que queriam, ao morrer, levar na retina, certos de que perdurariam pelos tempos fóra, cada vez mais belas e grandes.

E a Camara achou bem. A Sociedade caminharia como lhe aprouvesse, honraria ou não a memoria de Sarmiento e a Camara tomava conta da sua biblioteca; o dinheiro destinado para subsidio á Sociedade, chegaria de sobra para modernizar e engrandecer essa biblioteca que os ratos roem e de que os estudiosos passariam a aproveitar.

Nisto se estava, quando a Comissão administrativa se aposou do Municipio. Mal tinha entrado nos Paços do Concelho e já era vivamente abordada para uma renovação do contracto. Ou se querem valer da sua inexperiencia, ou da sua indiferença, pelas coisas de Guimarães.

Acautelem-se os de boa-fé que estejam na comissão. Não se precipitem, nem queiram obrigar os legitimos administradores do Municipio a terem amanhã muito que desfazer.

**O Partido Republicano Português mantém-se unido, registando e aguardando os acontecimentos.**

**Cada um no seu posto, pronto á acção comum, quando se tornar necessario defender a Republica.**

De "O Rebate", órgão do P. R. P.

## Sua Onnipotencia Os três M M

Foi sempre da nossa particular antipatia a letra M. E' uma letra maldosa, negativamente perfumada. Assenta num pedestal de maldade—mediocridade—maledicencia—malfazer—malevolencia—mal-façar—maldição e *tuti quanti* faz arripiar a alma e ferir o coração. E' uma letra maldita que se encontra sempre em repugnante montureira. Se um só M é mau, três são o diabo.

Os azates da Fortuna, a deusa mais caprichosa e inconstante que a Humanidade tem inventado, quiz que este concelho esteja sendo governado e onnipotentemente dirigido por três M M. Não são todos três eguaes, sendo contudo tão semelhantes que para bem se podem distinguir, tiveram de recorrer a pequenos traços ou listas. Sabendo nós que neste concelho tudo depende da vontade, desejo ou capricho de tão Excelsa Onnipotencia, e desejando conhecer mais os seus planos politicos e administrativos, numa palavra o seu programa salvador, solicitamos uma audiencia, que poderia dar em entrevista para publicar cá na *fôlha*, se tão sublime graça e inapreciavel mercê nos fosse concedida. Benevola e generosamente atendida a nossa supplica, foi-nos marcado dia e hora da audiencia. Com a pontualidade que nos impunha a gratidão e o dever para com tão venetavel e veneranda Onnipotencia, comparecemos com a indispensavel ferramenta do nosso officio—lapis e papel. Anunciada a nossa presença, fomos sem demora convidados a penetrar no logar onde só por Alta Mercê os profanos podem entrar. Rapidos momentos passam e logo vem ao nosso encontro um dos componentes da Onnipotencia—M 2 traços, que dispensando-nos atenções e deferencias nos apresenta desculpas pela falta dos colegas que por motivos de *Altos Interesses Publicos* não podiam estar á hora marcada; que esperasse uns minutos e eles chegariam. Quiz saber cousas, mas nada; sempre correto e amavel, mas ..... impenetravel. Insisti. Que não insistisse, pois só os três juntos teem Onnipotencia e só a Onnipotencia pode falar. Resignara-me a esperar quando surge deambulando sorridentemente outro expoente da Onnipotencia—M 1 traço. Amavel, elogiou a imprensa, é claro a boa imprensa, aquela que compreendendo e integrando-se no movimento salvador, não gasta lapis á censura. Depois principiou com o semblante algo contristado a conversar com o colega, em voz tão abafada, que não pudesse ser por nós apercebido o que diziam. Parece-me contudo que lamentavam não ter sido compreendido pelo paiz o gesto heroico generoso e desinteressado das Altas Frigidairas. Julguei oportuno o momento e disparei uma pergunta sobre se a Alta e Generosa missão da Onnipotencia correria longo tempo sem incidente de maior, e se tão Nobre e espinhosa tarefa seria levada afinal. Que não podiam falar porque a Onnipotencia não estava completa. Estão em maioria e maioria absoluta—doitros—respondi. A Onnipotencia não tem maiorias nem minos

rias, disseram-me. E' um todo infracionavel. Sômos, é certo, três MM distintos, mas uma só Omnipotência inteira, indivisível, e completa, que as Altas Esferas acatam e respeitam, pela sua firmeza e lealdade pelo seu prestigio e valimento. Que o diga Aquele que foi tão Grande e Poderoso, que mal cabendo nesta nesga do extremo ocidente se lançou ao largo e ao longe só parando nas infundáveis planuras oceanicas lá para os lados de Angra, onde foi levar o seu Heroísmo. Sozgue a sua impaciencia, porque a Omnipotencia celere lhe satisfará a curiosidade. Não havia remedio senão obedecer á Omnipotencia embora incompleta. Calci-me.

Ouvem-se passos — Chega o Eminentissimo M. 3 traços. Fico radiante, fico maravilhado! Estou diante da Omnipotencia — Inteira — Indivisível — Completa! Preparo o papel e miro a ponta do lapis — tudo fixe. Vou ouvir a Omnipotencia que vai lançar sobre o meu espirito os raios fulgurantissimos do seu sublime engenho. Vou subir ao Olimpo levado no vôo magestoso da Omnipotencia, vou finalmente subir aos cocorutos da Omnipotencia, conhecer todos os seus pensamentos, toda a sua alma, todo o sentir, e serei por momentos um agregado da Omnipotencia. Sinto-me quasi Omnipotente. Sinto que no fim da audiencia vou compreender e apreender o espirito do Grande Movimento, e por certo me vou nele integrar com toda a minha alma o meu coração e todas as minhas visceras, membros e apendices. Vou transformar-me num Salvador. Tremo de impaciencia. Preparo-me para um ataque directo. — Cuto-me reverente perante a Omnipotencia, presto a minha vassalagem e suplico-lhe que fale, e se ponha em contacto com o povo por intermedio cá da folha. Que nos oriente, esclareça e instrua. O Eminentissimo M 3 traços, japonessimamente me diz que refreie a minha impaciencia e aguarde — mais uns minutos porque a Omnipotencia precisa concentrarse. O que em nossa linguagem significa que os seus três expocentes precisam de conferencia. Somem-se para a Camara (não é a Municipal) e deixam-me na ante-camara. Lá dentro estão agitados — ha sustos — parece haver panico. Mas falam com prudencia e nós nada podemos ouvir que nos dêsse indicações seguras do assunto que os preocupa e mortifica. A concentração da Omnipotencia é demorada. Chego quasi a desesperar. Abre-se a porta e M 2 traços querendo aproveitar socego e tranquillidade, pede-me que retire, porque a concentração da Omnipotencia será longa, e só na lua seguinte me poderão receber em audiencia. Retira, deixando a porta mal fechada. Procuo ouvir e M 3 traços terminava o periodo final de um discurso que devia ter sido longo. Os outros de olhos esgaziados, bocas abertas, mãos na cabeça perguntam: E agora? M 3 traços sempre japonessimamente, continua: E agora!? Agora nada. Depois sim. Eu volto para a Africa. E nós? e nós! Vocês..... olhe, vão para as planuras do atlantico para junto do Heroísmo. E saíram todos três curvados e apreensivos já nada Omnipotentes, e tão preocupados que nem repararam que eu ainda ali estava. Estava e assisti ao esfrangalhar da Omnipotencia triste e pesaroso por não ter tido a felicidade de compreender o Movimento salvador e conhecer o seu espirito, que assim ficará sempre nas trevas do meu espirito como um movimento de torturas para uns e de gargalhadas para outros. Desculpem-me os leitores, mas depois do exposto justificada está a falta de tão annunciada e prometida entrevista.

REPORTER Y.

O Partido Republicano Português aguarda serenamente a sentença que ha-de julgar. As sindicancias que falem. A Justiça popular triunfará.

De «O Rebate», órgão do P. R. P.

## Grandes projectos

Não descança a Comissão de intrusos da Câmara na ância de organizar um novo plano de melhoramentos com que embasbaque o povo desta terra.

Não lhe basta o proseguimento da execução do plano da nossa vreação. Quer mais... e melhor.

Na sua inconsciente ignorância, esquece-se de que, para execução de melhoramentos, é indispensable dinheiro e não sabe vêr que não podendo ser aumentado o encargo que pesa sobre o contribuinte, as receitas municipais não podem dar para mais do que aquilo que a nossa Câmara deixou em execução e que já não é pouco.

Esquece-se tambem a Comissão de intrusos, no seu destrambelhamento administrativo, da condição precária da sua existencia. Não compreende que, mesmo dentro da actual organização politica, a sua constituição está á mercê de qualquer administrador do concelho. Um simples alvará do governador civil desfaz, com a maior das facilidades, á tarde, a comissão que tiver sido nomeada de manhã.

Uma comissão desta natureza, que deve estar, a todos os momentos, á espera do empurrão com que qualquer conveniencia ou até capricho a deite abaixo, sendo composta por homens de senso, poderá pensar na organização de planos de melhoramentos com que aqueles que, porventura, daí a momentos lhe sucedam, não concordarão?

Comissões administrativas da natureza da que está de posse do nosso município limitam-se, quando constituídas por gente de juizo, a administrar o melhor que possam, aquilo que já esteja em marcha. Mesmo que lhe falte o escrúpulo só proprio de quem tenha delicadeza de sentimentos, de não dever dispor livremente dos dinheiros de uma terra quem a ella não pertence nem, por nenhum titulo a representa, visto que, como aqui acontece, nenhuma manifestação se deu de que os homens que se sentam nos Paços do Concelho ali estejam por vontade, já não quetemos dizer da maioria, mas de uma pequena minoria dos vimaranenses.

Pois, nem senso, nem escrúpulos de cavalheirismo.

Os homens vão para a frente. Isto é deles e pensam que nunca mais acaba esta grande pagodeira.

Pensaram num plano, já o conseguiram e anunciam que o vão executar.

E querem saber no que consiste esse grande plano?

Pasmem. Na construção de três sentinas publicas!

Isto não é uma comissão administrativa de um município; é, salvo o devido respeito, uma comissão administrativa de... cloacas!

Três sentinas publicas na cidade, para quê? Cada uma delas não pode custar menos de 20 a 30 contos. Onde vai a comissão buscar os 60 a 90 contos necessários?

Provavelmente, retira do orçamento municipal os 100 contos que lá estão para construção de casas economicas, e applica-os na construção de retretes.

Porque Guimarães não precisa de casas para alojar, immediatamente, as familias que vivem nos casebres que a construção que se está fazendo, da nova avenida central, obriga a demolir, nem para as centenas de criaturas que por aí dormem em verdadeiras pocilgas. Do que Guimarães precisa, no alto entendimento dos intelligentes administradores do nosso Município, é de três retretes, a poucas dezenas de metros umas das outras: uma na R. 31 de Janeiro, outra na Rua de Camões, outra no terreiro de S. Francisco.

Qual ou quais dos illustres commissarios do nosso município terá os intestinos tão desarranjados que necessite de andar, com as calças na mão, de retrete em retrete, sem tempo para servir-se da de sua casa, ou de qualquer café, hotel ou estabelecimento comercial, numa cidade tão pequena e em

que a população fluctuante é tão diminuta?

E que necessidade temos nós de aturar tais maluqueiras, que, de mais a mais, nos entram pela bolsa e nos prejudicam a realisação daquilo que realmente, nos é util e indispensable?

Snr. Governador Civil! Isto está á pedir vassoura.

## Cedo começaram

Publicou o Govêrno um decreto determinando que fôsem pagas pelas Câmaras Municipais as melhorias de vencimentos aos empregados das administrações do concelho e mandou dizer para os jornais que, assim, economicava o Estado cerca de seis mil contos, como se os Municípios não fôsem o Estado, como se o contribuinte que ha-de habilitar as Câmaras a pagar mais essa despesa não fôsse o mesmo contribuinte que já pagava para o Estado e que, desta forma, passará a pagar duas vezes.

E' intuitivo que este decreto não resistirá á vassourada fatal, no dia em que a Constituição voltar a ser lei do País, se, antes, a própria situação governamental, que o promulgou, não reconhecer o erro e der o dito por não dito.

Não era preciso ter-se uma grande visão do que é a administração pública para se reconhecer a inviabilidade do decreto, e, portanto, tudo aconselhava a que a Comissão administrativa do Município fôsse prudente, e desse tempo ao tempo, antes de lhe dar cumprimento.

Não o entendeu assim o snr. Duarte Fraga, que, tendo tomado posse altas horas da noite de 24 de Julho, já em 28, isto é, quatro dias depois, se julgava habilitado a apresentar um orçamento suplementar para pagamento das referidas melhorias, numa importância superior a 20 mil escudos.

Foi pressuroso o sr. Fraga e precipitado na maneira como organizou o orçamento.

A receita foi busca-la ao aumento provável que terão certas verbas de receita do orçamento ordinário, segundo o calculo prudentemente feito pela Câmara. Esqueceu-se, porém, na sua experiencia ou na sua indiferença, de ponderar se, o que essas verbas deram a mais num semestre, não o dão a menos no outro e, se, assim como essas mostram probabilidades de aumento, outras não darão a certeza da diminuição.

Esqueceu-se tambem de estudar a parte das contas municipais que dizem respeito ás despesas, para verificar se as verbas referentes a algumas delas não estarão prestes a exgotar-se, precisando de ser reforçadas.

O orçamento da Câmara não é elástico; quando se lhe mecher é preciso fazê-lo com muito cuidado e ponderação. E, sobretudo, tendo, sempre e só, em vista, o verdadeiro interesse do Município.

A pressa do snr. Fraga deu o resultado de terem sido pagos cerca de Esc. 3:500,000, ao pessoal da Administração, poucos dias ou horas antes do Govêrno publicar o decreto n.º 12026, de 5 de Agosto, que suspende a execução do outro a que nos estamos referindo.

O Govêrno emenda a mão, voltando a pagar aos funcionarios administrativos.

E quem indeminiza, agora, a Câmara, dos três mil e quinhentos escudos que já, escusadamente, pagou? Esperar pela restituição do Govêrno? Vã illusão.

Estes três mil e quinhentos escudos, desbaratados pela precipitação do sr. Fraga e respectivo amen dos seus colegas, davam para compor umas boas centenas de metros de caminhos escangalhados.

E assim começou o consulado do sr. Fraga, para honra e gloria do Partido que representa.

## Um carimbo caro

O snr. Tenente Ferreira da Silva, enquanto foi, ele só, comissão administrativa municipal, lembrou-se de mandar fazer um carimbo com o fac-simile da sua assinatura, para não perder o seu precioso tempo com as assinaturas nos documentos municipais.

Qualquer outra pessoa fazia a encomenda pelo correio, mediante uma despesa de poucos tostões.

Sua Ex.<sup>a</sup> não quiz servir-se desse meio, democrático de mais para os seus principios políticos. E como tinha as suas ordens o dinheiro do Município, mandou um próprio ao Porto para fazer a encomenda do carimbo. Nem o tecevidero lhe serviu!

Só com esta viagem para a encomenda do carimbo de que, de certo, não se chegou a fazer uso gastou-se a modica quantia de cincoenta e cinco escudos e trinta centavos.

O Município pagou: não sabemos se o snr. Ferreira da Silva é contribuinte, mas tudo nos leva a crer que o não seja.

## Isto agora, sim!

Como todos sabem, o 28 de Maio fez-se, principalmente, contra os esbanjamentos dos democraticos, esses bandidos que não deixaram fazer mais notas, nem exceder os limites legais das verbas orçamentais.

Agora, é uma beleza! Notas, já se fizeram 350 mil contos delas. E mandou-se dizer que eram para desenvolvimento da economia nacional. Para o govêrno, nem uma! Algumas poucas, sim, para o fomento de Angola.

Quando ás do fomento de Angola, ninguém ignorará o seu destino verdadeiro. E as outras, ás do desenvolvimento da economia nacional, estão-se a ver tambem a sua utilidade. Saem do Banco de Portugal a 8 % e reentram nos cofres do Estado, por intermedio do tesouro, a 9 e 10 %.

Esplendido! E as aberturas de créditos, isto é, os rasgões continuos que se estão dando no orçamento do Estado?

Um pavor! Não há um único número do Diário do Govêrno em que não venham publicados decretos abrindo créditos extraordinarios. Num desses numeros, o de 7 do corrente, tivemos a paciência de os contar: eram 14!

Não há duvida. Agora é que temos boa administração, desde que se puseram á margem esses grandes esbanjadores que eram os democraticos!

**Aos republicanos, a quantos sinceramente militam nas fileiras do nosso partido, nem um único desanimado é permitido. A Republica ha-de vencer pela nossa coesão e pela unidade da nossa consciencia.**

De «O Rebate», órgão do P. R. P.

## Tísicos na Penha

Reuniu, ha dias, a Comissão de Inicitiva de Turismo da Penha para tratar da grave questão da permanencia de tísicos no único hotel-barraca daquela formosa estancia, assunto a que já nos referimos no nosso numero anterior.

Das deliberações tomadas, resultou já uma visita do snr. subdelegado de saude áquele hotel, que inspeccionou todos os doentes.

Afirmou o snr. Subdelegado que não há perigo imediato de contagio, mas reconhece que os hospe-

des, na sua maioria, são doentes, e ordenou a desinfecção das louças e obras no edificio para melhorar as suas condições higienicas, sob pena de mandar fechar o hotel.

Pouco ou nada se adiantou, como se vê, por agora. Que nos importa a nós que os hóspedes sejam tísicos ou simplesmente criaturas com os pulmões afectados, que a casa do hotel esteja convertida em sanatório para tuberculosos ou em simples hospital para doenças não contagiosas?

O que queremos é lá em cima uma casa limpa e decente onde possamos passar uns dias alegres e despreocupados, sem o espectáculo nada atraente nem conveniente de doentes a definharem-se a cada canto.

A Comissão de Inicitiva já voltou a reunir e temos fé na sua acção. Dela fazem parte verdadeiros amigos da Penha e desta terra, como João Rodrigues Loureiro e José Pina, a quem o assunto vivamente preocupa e que saberão encontrar-lhe a melhor solução.

Esperemos, pois, mas, sem desarmar.

**Perante a actual situação o Partido Republicano Português mantem a attitude que o Directório marcou desde a primeira hora: a mais absoluta serenidade, aguardando a hora da justiça.**

**Essa hora hade sear, eloquente e poderosa.**

De «O Rebate», órgão do P. R. P.

## Dr. Campos de Carvalho

Foi promovido a juiz e colocado em Serpa o snr. Dr. José Martins de Campos de Carvalho, que, nesta comarca, estava exercendo, ha cerca de três anos, com a maior das correcções e muita lealdade, as funções de Delegado do Procurador da Republica.

Sua Ex.<sup>a</sup>, pela nobresa como sempre soube manter, digna e firmemente, o prestigio do seu cargo, distinguio-se de forma a merecer de todo o fôro vimaranense a maior das simpatias.

Porisso mesmo, lhe foi oferecido um jantar de homenagem, pelos advogados e officiais de justiça desta comarca, no Hotel Cruzeiro do Sul, em Vizela, que esteve concorridissimo e durante o qual se trocaram brindes nos quais se expressou a muita saudade que o homenagiado deixa e o grande respeito, estima e consideração que todos lhe tributam.

Ao novo Juiz, desejamos as maiores felicidades.

## Sociedade Martins Sarmiento

Convocação da Assembleia Geral

São convidados os sócios desta colectividade a reunirem-se no próximo dia 21 de Agosto, pelas 18 horas, para lhes ser apresentada a renovação do contrato com a Camara Municipal de Guimarães.

Não comparecendo número legal, efectuar-se-há a mesma reunião com qualquer numero de sócios no dia 23 do mesmo mês, sem novo aviso.

Guimarães e Secretaria da Sociedade Martins Sarmiento, 13-8-1926.

O Presidente,

Duarte Amaral.

## MOBÍLIA

Vende-se diferente mobilia, incluindo a de sala de jantar. Para vêr e tratar no Cano (Casa de Travassos).